

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	37
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião	68
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	71
--	----

Motivos de Reapresentação	72
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	1.684.946	1.611.969	1.625.176
1.01	Ativo Circulante	29.897	72.272	65.923
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.846	47.698	32.301
1.01.03	Contas a Receber	20.910	19.305	20.066
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.132	3.023	10.570
1.01.07	Despesas Antecipadas	769	1.356	1.536
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.240	890	1.450
1.02	Ativo Não Circulante	1.655.049	1.539.697	1.559.253
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	344.964	307.241	360.581
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	63.528	108.326	188.716
1.02.01.07	Tributos Diferidos	242.107	165.286	135.180
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	242.107	165.286	135.180
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	5	32	100
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	39.324	33.597	36.585
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	0	0	6.529
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	37.949	29.690	25.316
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	1.375	3.907	4.740
1.02.03	Imobilizado	8.516	8.448	9.722
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.516	8.448	9.722
1.02.04	Intangível	1.301.569	1.224.008	1.188.950
1.02.04.01	Intangíveis	1.301.569	1.224.008	1.188.950

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	1.684.946	1.611.969	1.625.176
2.01	Passivo Circulante	1.604.514	1.391.533	115.903
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.467	5.324	5.404
2.01.01.01	Obrigações Sociais	706	731	735
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.761	4.593	4.669
2.01.02	Fornecedores	11.954	16.873	22.011
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.954	16.873	22.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.776	2.590	2.742
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.476	1.359	1.429
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.300	1.231	1.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.427.507	1.348.182	51.137
2.01.04.02	Debêntures	1.427.507	1.348.182	51.137
2.01.05	Outras Obrigações	559	546	568
2.01.05.02	Outros	559	546	568
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	330	318	327
2.01.05.02.05	Outros Passivos	229	228	241
2.01.06	Provisões	158.251	18.018	34.041
2.01.06.02	Outras Provisões	158.251	18.018	34.041
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	1.970	1.899
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	158.251	16.048	32.142
2.02	Passivo Não Circulante	262.702	252.600	1.482.593
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.287.738
2.02.01.02	Debêntures	0	0	1.287.738
2.02.02	Outras Obrigações	131.312	117.625	105.031
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	129.982	116.068	103.246
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	129.982	116.068	103.246
2.02.02.02	Outros	1.330	1.557	1.785
2.02.02.02.03	Outros Passivos	1.330	1.557	1.785
2.02.04	Provisões	131.390	134.975	89.824

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.04.02	Outras Provisões	131.390	134.975	89.824
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	110.040	4.935	6.330
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	7.292	5.020	4.840
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	14.058	125.020	78.654
2.03	Patrimônio Líquido	-182.270	-32.164	26.680
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-485.848	-335.742	-276.898

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	348.359	296.960	275.874
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-276.541	-210.133	-172.454
3.03	Resultado Bruto	71.818	86.827	103.420
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-114.640	-9.226	-14.082
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.044	-14.402	-16.342
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-13.627	-12.324	-13.845
3.04.02.02	Honorários da Administração	-1.417	-2.078	-2.497
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	5.176	2.260
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-99.596	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-42.822	77.601	89.338
3.06	Resultado Financeiro	-184.105	-166.552	-140.810
3.06.01	Receitas Financeiras	8.586	20.669	26.556
3.06.02	Despesas Financeiras	-192.691	-187.221	-167.366
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-226.927	-88.951	-51.472
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	76.821	30.107	15.945
3.08.02	Diferido	76.821	30.107	15.945
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-150.106	-58.844	-35.527
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-150.106	-58.844	-35.527
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00495	-0,00194	-0,00117

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-150.106	-58.844	-35.527
4.03	Resultado Abrangente do Período	-150.106	-58.844	-35.527

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	108.115	152.372	148.384
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	143.448	145.968	147.488
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-150.106	-58.844	-35.527
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-76.821	-30.107	-15.945
6.01.01.03	Depreciação e amortização	43.242	38.161	35.050
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	11.424	-1.682	1.900
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	301	252	155
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	159.054	165.149	146.709
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-4.935	-10.452	-23.476
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	100	30	186
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	13.914	12.822	14.026
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	105.106	-1.395	611
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	42.222	31.953	23.799
6.01.01.14	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-53	81	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.333	6.404	896
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.552	680	-3.351
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	614	248	272
6.01.02.03	Outros Ativos	1.182	1.393	-1.084
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-4.918	-5.138	-2.868
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	13	-9	-392
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	186	-152	-179
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-1.858	-79	2.108
6.01.02.08	Provisão para manutenção - pagamento	-22.404	0	0
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-8.259	-4.374	-2.146
6.01.02.10	Outros Passivos	-228	-241	127
6.01.02.11	Tributos a Recuperar	1.891	14.076	8.409
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-56.752	27.832	9.341
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-1.487	-130	-228
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-104.998	-62.880	-60.072

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.04	Aplicações financeiras	-47.000	-16.281	-64.834
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	96.733	107.123	134.475
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-94.215	-164.808	-127.104
6.03.02	Amortização de principal sobre debêntures	-38.803	-51.029	-9.283
6.03.03	Pagamento de juros sobre debêntures	-55.412	-113.779	-117.821
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-42.852	15.396	30.621
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.698	32.301	1.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.846	47.697	32.301

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-150.106	0	-150.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-150.106	0	-150.106
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-485.848	0	-182.270

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-276.898	0	26.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-276.898	0	26.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58.844	0	-58.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58.844	0	-58.844
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-335.742	0	-32.164

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-241.371	0	62.207
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-241.371	0	62.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.527	0	-35.527
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.527	0	-35.527
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-276.898	0	26.680

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	371.180	324.677	301.579
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	244.302	237.887	235.347
7.01.02	Outras Receitas	126.878	86.790	66.232
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	113.348	69.793	44.133
7.01.02.02	Receitas Acessórias	12.963	11.902	19.838
7.01.02.03	Outras Receitas	514	5.176	2.261
7.01.02.04	Reversão para crédito de liquidação duvidosa	53	-81	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-344.075	-160.295	-124.697
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-215.739	-82.553	-74.700
7.02.04	Outros	-128.336	-77.742	-49.997
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-112.254	-69.535	-44.024
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-3.860	-3.825	-3.917
7.02.04.03	Varição monetária e reversão do ajuste a valor presente	-12.222	-4.382	-2.056
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.105	164.382	176.882
7.04	Retenções	-43.242	-38.161	-35.050
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.242	-38.161	-35.050
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-16.137	126.221	141.832
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.586	20.669	26.556
7.06.02	Receitas Financeiras	8.586	20.669	26.556
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-7.551	146.890	168.388
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-7.551	146.890	168.388
7.08.01	Pessoal	22.486	24.437	26.082
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.286	17.815	20.050
7.08.01.02	Benefícios	4.966	5.322	4.892
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.234	1.300	1.140
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-54.560	-7.354	7.710
7.08.02.01	Federais	-67.165	-19.596	-4.889
7.08.02.03	Municipais	12.605	12.242	12.599
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	174.629	188.651	170.122

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

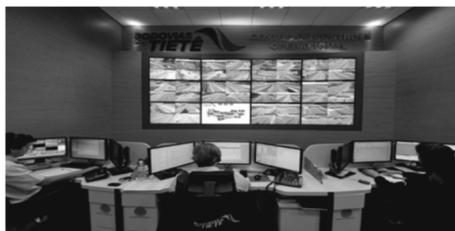
Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.03.01	Juros	0	75	832
7.08.03.02	Aluguéis	1.661	1.720	1.762
7.08.03.03	Outras	172.968	186.856	167.528
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	13.914	12.822	14.026
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	159.054	174.034	153.502
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-150.106	-58.844	-35.526
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-150.106	-58.844	-35.526



2019

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2019

13 de Março de 2020 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial— “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do ano de 2019.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26—Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS—Presentation of Financial Statements

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
 Diretor Administrativo, Financeiro e de
 Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

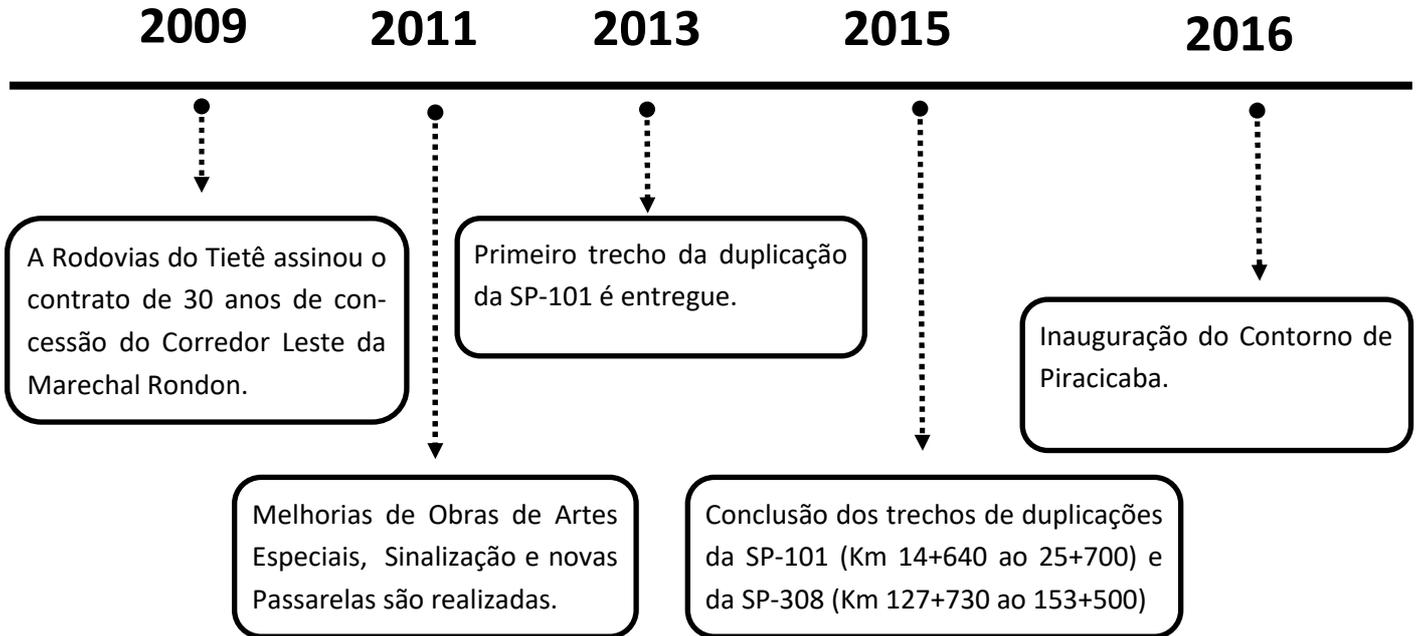


Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita Operacional

✓ R\$ 235 milhões de receita líquida.



Tráfego

✓ Aumento de 1,59% no tráfego pedagiado e redução de 1,82% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-308
- ✓ Implantação de dispositivo da SP-101
- ✓ Implantação de dispositivo da SP-300





Sumário Executivo

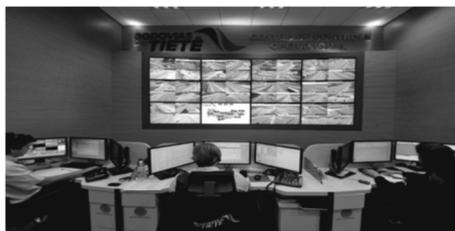
A economia brasileira no ano de 2019 teve um crescimento desacelerado. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 6% a.a. em dezembro de 2019, segundo o relatório do COPOM.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 4,31% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 27 de dezembro de 2019, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2019 ficasse 1,17% inferior ao ano de 2018.

Durante o ano de 2019 houve aumento de 1,59% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou uma redução de 1,82%, quando comparado no mesmo período do ano anterior.

Essa redução deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetou diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas. A suspensão da cobrança de eixos suspensos passou a vigorar em 31 de maio de 2018. A suspensão da cobrança foi uma das reivindicações dos caminhoneiros que fez parte do acordo junto ao governo para suspender a greve.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram a duplicação da SP-101, a duplicação da SP-308, Dispositivos da SP-101 e Dispositivos da SP-300



Tráfego

No ano de 2019 o volume de tráfego teve um aumento de 1,59% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 1,76%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 7,62% e comerciais pesados uma queda de 7,88%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2019*	2018*	Variação
Passeio	19.946.955	19.601.772	1,76%
Comercial Leve	3.802.317	3.533.093	7,62%
Comercial Pesado	2.399.191	2.604.440	-7,88%
Total	26.148.463	25.739.305	1,59%

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2019 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve uma queda 1,82% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 1,72%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 5,62% e comerciais pesados uma queda de 10,58%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2019*	2018*	Variação
Passeio	19.612.879	19.181.431	1,72%
Comercial Leve	9.063.759	8.581.589	5,62%
Comercial Pesado	13.479.967	15.074.720	-10,58%
Total	42.156.605	42.937.740	-1,82%

*Volume acumulado do exercício.

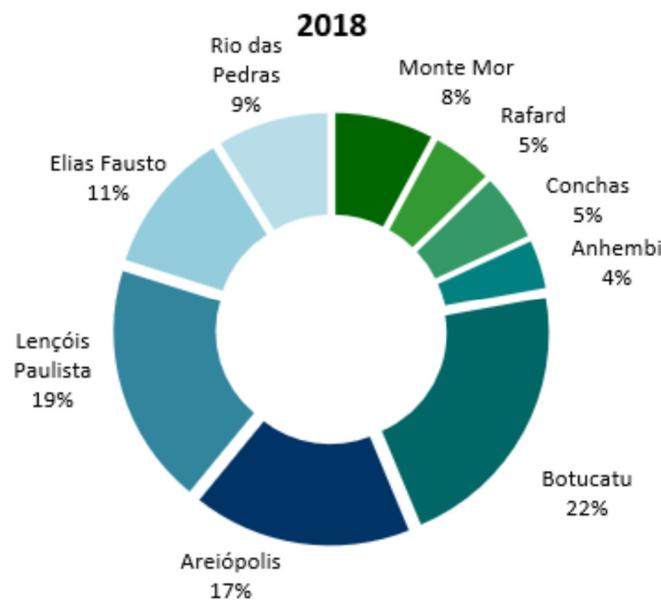
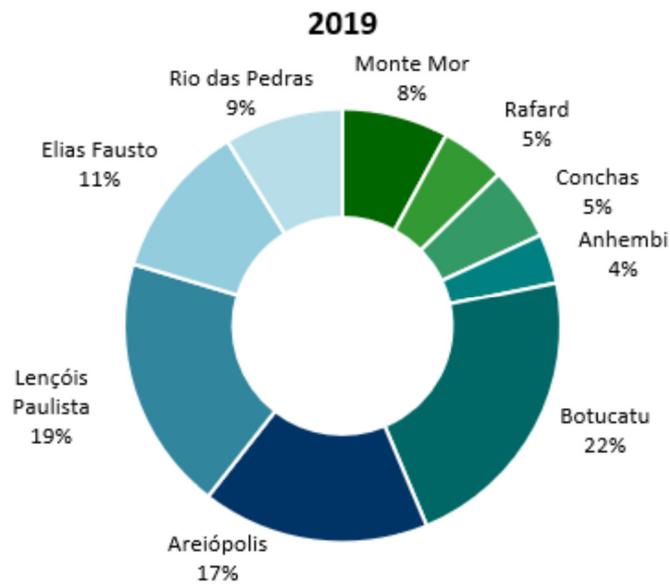
A diminuição deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetaram diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas.



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.



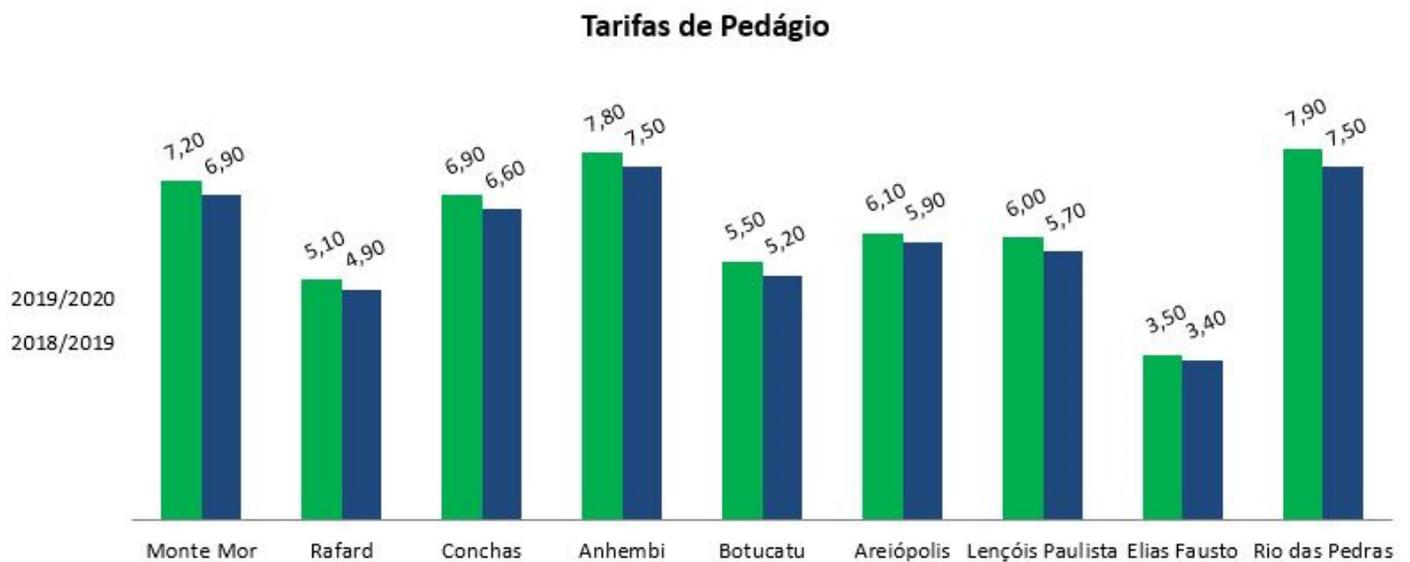


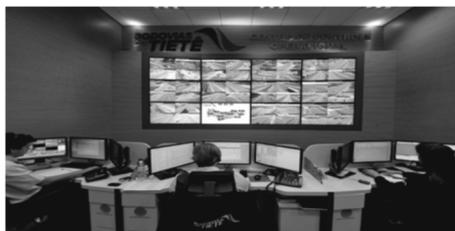
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2019/2020 é de R\$ 6,22 contra R\$ 5,96 em 2018/2019.

Praça de pedágio	2019/2020	2017/2018
Monte Mor	7,20	6,90
Rafard	5,10	4,90
Conchas	6,90	6,60
Anhembi	7,80	7,50
Botucatu	5,50	5,20
Areiópolis	6,10	5,90
Lençóis Paulista	6,00	5,70
Elias Fausto	3,50	3,40
Rio das Pedras	7,90	7,50
Tarifa Média	6,22	5,96





Receitas

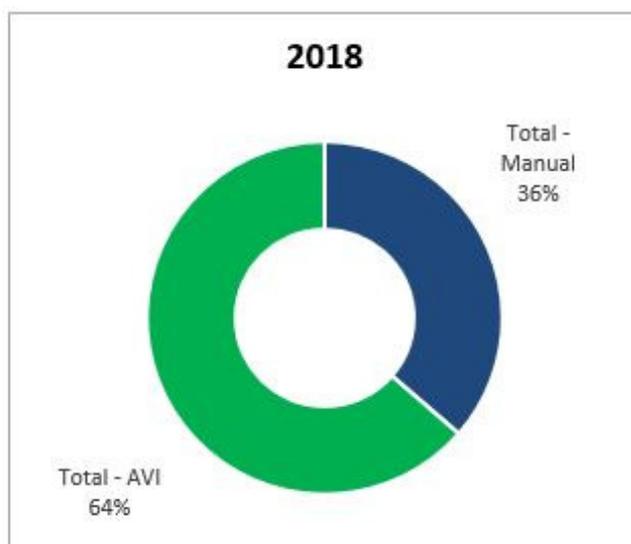
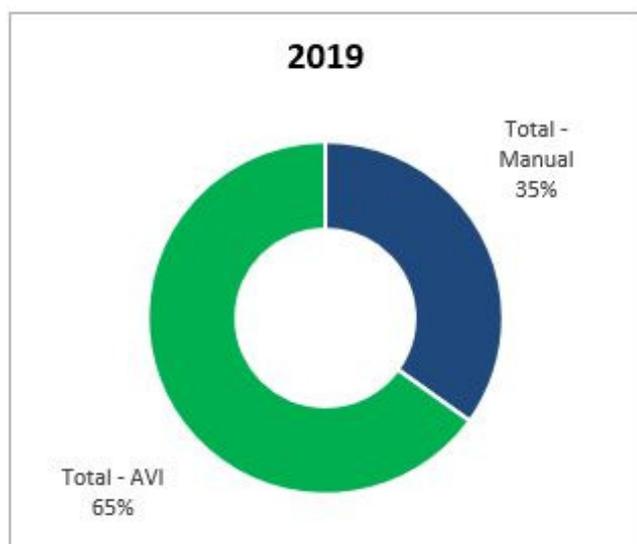
Receitas (em R\$ mil)	2019*	2018*	Varição
Receitas de Pedágio	244.302	237.887	2,70%
Receitas Acessórias	12.963	11.902	8,91%
Impostos sobre Receitas	(22.254)	(22.622)	-1,63%
Receitas Operacionais	235.011	227.167	3,45%
Receitas de Construção	113.348	69.793	62,41%
TOTAL	348.359	296.960	17,31%

*Volume acumulado do exercício.

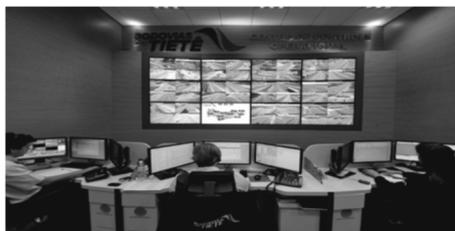
A Concessionária obteve, no ano de 2019, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 244.302 mil (R\$ 237.887 mil no ano de 2018) e arrecadou R\$ 12.963 mil (R\$ 11.902 mil no ano de 2018) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 22.254 mil no ano de 2019 (R\$ 22.622 mil no ano de 2018).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 113.348 mil de receita de construção contra R\$ 69.793 mil no ano de 2018 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado do exercício.



Custos e Despesas Operacionais

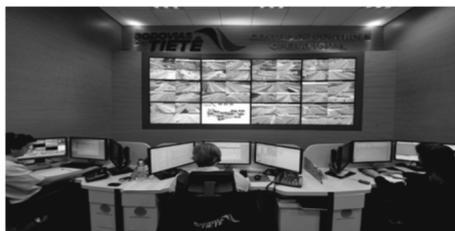
Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2019*	2018*	Variação
Com Pessoal	(21.066)	(22.359)	-5,78%
Honorários da Administração	(1.417)	(2.078)	-31,81%
Manutenção e conservação	(42.854)	(42.351)	1,19%
Serviço de terceiros	(6.794)	(6.501)	4,51%
Ônus variável da concessão	(3.860)	(3.825)	0,92%
Seguros e Garantias	(2.058)	(2.279)	-9,70%
Outras receitas e despesas	(7.774)	(878)	785,42%
Subtotal	(85.823)	(80.271)	6,92%
Custo de serviços de construção	(112.254)	(69.535)	61,44%
Provisão para demandas judiciais	(107.638)	562	-19.252,67%
Provisão para manutenção em rodovias	(42.222)	(31.953)	32,14%
Depreciação e amortização	(43.242)	(38.161)	13,31%
Total	(391.179)	(219.358)	78,33%

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2019, houve um aumento de 74,45% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 219.358 mil em 2018 para R\$ 391.179 mil em 2019. As principais variações foram:

- ⇒ Com Pessoal: Redução em função da reversão da participação no resultado de 2018 e 2019;
- ⇒ Honorários da Administração: Redução em função da reversão da participação no resultado de 2018 e 2019;
- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Aumento nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: provisionamento de processos de causas cíveis e trabalhistas; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



EBITDA e MARGEM EBITDA

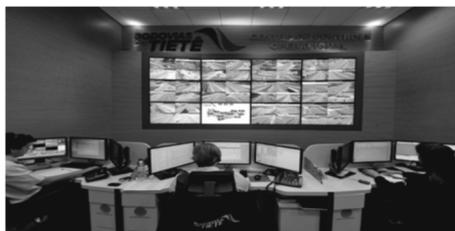
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2019*	2018*	Variação
Resultado Líquido do Período	(150.106)	(58.844)	155,09%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(76.821)	(30.107)	155,16%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	184.105	166.552	10,54%
(+/-) Depreciação e Amortização	43.242	38.161	13,31%
EBITDA	420	115.762	-99,64%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	42.222	31.953	32,14%
EBITDA AJUSTADO (a)	42.642	147.715	-71,13%
Receitas Operacionais (b)	235.011	227.167	3,45%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	18,14%	65,02%	-46,88 p.p

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2019, houve uma redução de 71,13% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 147.715 mil no ano de 2018 para R\$ 42.642 mil no ano de 2019. E a margem EBITDA ajustado teve uma redução de 46,88 p.p.

Além disso, houve um aumento de 13,31% na depreciação e amortização que passou de R\$ 38.161 mil no ano de 2018 para R\$ 43.242 mil no ano de 2019, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de 32,14% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro no ano de 2019, comparado ao mesmo período de 2018, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2019*	2018*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(159.054)	(165.149)	-3,69%
Juros sobre Mútuo	(13.914)	(12.822)	8,52%
Outras Despesas Financeiras	(19.723)	(9.250)	113,22%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(192.691)	(187.221)	2,92%
Receitas Financeiras	8.586	20.669	-58,46%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(184.105)	(166.552)	10,54%

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2019 houve um aumento de 10,54% no resultado financeiro que passou de (R\$ 166.552) no ano de 2018 para (R\$ 184.105) mil no ano de 2019. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Redução em função dos pagamentos efetuados do principal com atualização e juros.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias e dos custos de transação com as debêntures.
- ⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

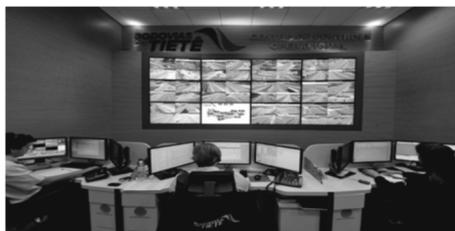
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensa para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.



Debêntures - (continuação)

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

Atualmente o administrador judicial está revisando a lista de credores apresentada pela Companhia e, levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores é de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências (“Segunda Lista de Credores”). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, terão o início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial.

O plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo juiz.

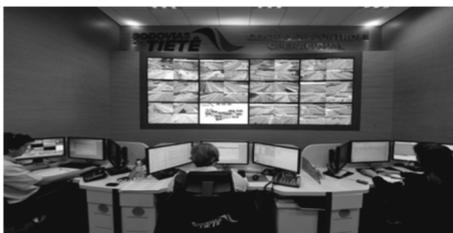


Debêntures - (continuação)

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.



Obras e Investimentos



Duplicação da SP-101

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25, 32 e 41 também foram iniciadas e o custo incorrido até dezembro de 2019 foi de **R\$ 8,268 milhões**.



Duplicação da SP-308

Duplicação do km 102+200 ao km 127+730 (total de 25,53 quilômetros) da rodovia SP-308 e implantação/adequação de 8 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 103, 107 e 112 também foram iniciadas e o custo incorrido até dezembro de 2019 foi de **R\$ 5,897 milhões**.



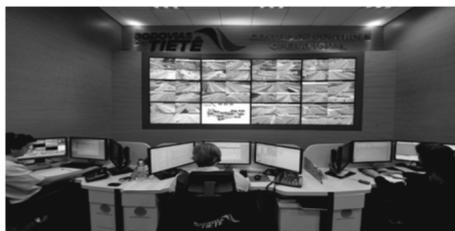
Dispositivo da SP-101 km 5+000

Construção de um dispositivo no km 5+000 da SP-101, próximo a cidade de Campinas, com interligação ao viário urbano e conexão com corredores da EMTU. A contratação foi dividida em duas etapas: a primeira etapa, relacionadas as faixas de aceleração/desaceleração, foi concluída e a segunda etapa, relacionada à construção da OAE, já foi contratada e os trabalhos estão sendo iniciados. O custo incorrido até dezembro de 2019 foi de **R\$ 2,741 milhão**.



Dispositivo da SP-300 km 257+800

Melhorias no dispositivo existente no km 257+800 da SP-300, reconfigurando-o e adequando as faixas de aceleração/desaceleração e os raios de giro dos ramos. O custo incorrido até dezembro de 2019 foi de **R\$ 823 mil**.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Projeto Escola



Esta ação tem como o objetivo receber na sede da concessionária e apresentar às crianças da rede de ensino fundamental para conhecer os serviços disponibilizados pela concessionária a seus usuários e introduzir os primeiros conceitos de segurança viária.

Seleção na Estrada



Esta ação tem como objetivo acompanhar e orientar motoristas ou pedestres circulantes das áreas lindeiras às rodovias concessionadas sobre a saúde, visando reduzir o índice de acidentes causados por mal súbito no “volante” e disponibilizar orientação médica. Nesta ação afere-se a pressão arterial e o índice glicêmico dos usuários participantes.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”



Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas anti cerol e kit de adesivos refletivos para capacete.



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	4.846	47.698
Contas a receber (Nota 6)	20.910	19.305
Despesas Antecipadas	769	1.356
Impostos a recuperar (Nota 7)	1.132	3.023
Outros ativos	2.240	890
	29.897	72.272
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	63.528	108.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	242.107	165.286
Despesas antecipadas	5	32
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	37.949	29.690
Outros ativos	1.375	3.907
Imobilizado (Nota 9)	8.516	8.448
Intangível (Nota 10)	1.301.569	1.224.008
	1.655.049	1.539.967
Total do ativo	1.684.946	1.611.969



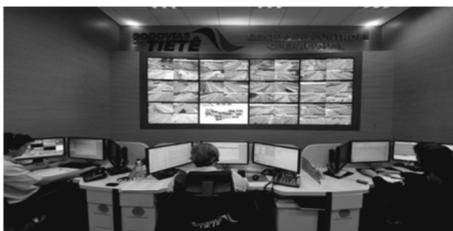
Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2019	2018
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	11.954	16.873
Debêntures (Nota 14)	1.427.507	1.348.182
Credor pela concessão	330	318
Obrigações tributárias	2.776	2.590
Obrigações trabalhistas	3.467	5.324
Provisões (Nota 13)	158.251	18.018
Outros passivos	229	228
	1.604.514	1.391.533
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	131.390	134.975
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	129.982	116.068
Outros passivos	1.330	1.557
	262.702	252.600
Total do passivo	1.867.216	1.644.133
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(485.848)	(335.742)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(182.270)	(32.164)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.684.946	1.611.969



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2019	2018
Receita operacional líquida (Nota 16)	348.359	296.960
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(276.541)	(210.133)
Lucro bruto	71.818	86.827
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(15.044)	(14.402)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(99.596)	5.176
	(114.640)	(9.226)
Lucro operacional	(42.822)	77.601
Despesas financeiras (Nota 18)	(192.691)	(187.221)
Receitas financeiras (Nota 18)	8.586	20.669
Despesas financeiras, líquidas	(184.105)	(166.552)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(226.927)	(88.951)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	76.821	30.107
Prejuízo do período	(150.106)	(58.844)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00495)	(0,00194)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(150.106)	(58.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(76.821)	(30.107)
Depreciação e amortização	43.242	38.161
Rendimentos de aplicações financeiras	(4.935)	(10.452)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	100	30
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	159.054	165.149
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	13.914	12.822
Provisões para demandas judiciais	105.106	(1.395)
Provisões para manutenção em rodovias	42.222	31.953
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	11.424	(1.682)
Variação monetária sobre provisão para investimentos	301	252
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(53)	81
	143.448	145.968
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(1.552)	680
Despesas antecipadas	614	248
Tributos a recuperar	1.891	14.076
Depósitos judiciais	(8.259)	(4.374)
Outros ativos	1.182	1.393
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(4.918)	(5.138)
Credor pela concessão - ônus variável	13	(9)
Obrigações tributárias	186	(152)
Obrigações trabalhistas	(1.858)	(79)
Provisão para manutenção — pagamento	(22.404)	
Outros passivos	(228)	(241)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	108.115	27.832
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(47.000)	(16.281)
Resgate de aplicações financeiras	96.733	107.123
Investimentos no ativo imobilizado	(1.487)	(130)
Investimentos no ativo intangível	(104.998)	(62.880)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(56.752)	27.832
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	(38.803)	(51.029)
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	(55.412)	(113.779)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(94.215)	(164.808)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(42.852)	15.396
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	47.698	32.301
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.846	47.698



Relacionamento com o Auditor

No ano de 2019, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*, cujo valor representa aproximadamente 10% dos honorários de auditoria, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as demonstrações financeiras de 2019.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.412 milhões (R\$ 3.554 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.071 milhões (R\$ 3.055 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 150.106 (2018 - R\$ 58.844), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.574.617 (2018 - R\$ 1.319.261) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 182.270 (2018 - R\$ 32.164) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas. O capital circulante negativo mencionado acima está considerando a totalidade das debêntures classificada no passivo circulante conforme determinação das normas internacionais de contabilidade, em razão da declaração de vencimento antecipado em Assembleia realizada no dia 08 de novembro de 2019.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias, sendo que o prazo para apresentação foi estendido para o dia 18 de março de 2020, devido ao recesso judiciário; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

Atualmente o administrador judicial está revisando a lista de credores apresentada pela Companhia e, levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores é de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências (“Segunda Lista de Credores”). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, terão o início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial.

O plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo Juiz.

A Companhia informa que o processo de recuperação judicial, é mais um passo para a sua reestruturação financeira, o que não afetará o atendimento dos seus compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 13 de março de 2020.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2 e nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- . IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos", com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.
- . IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda", essa interpretação explica como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza, ou seja, posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o CPC 32 quanto a nova interpretação ICPC 22 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A ICPC 22 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

(a) Ajustes IFRS 16/CPC 06(R2)

A Companhia avaliou os contratos de arrendamento atuais e não identificou as características para adoção inicial da norma no exercício de 2019.

(b) Ajustes IFRIC 23/ICPC 22

A Companhia avaliou os principais tratamentos fiscais adotados e concluiu que não há impactos significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras além do informado na Nota Explicativa 8.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por serviços de cobrança de pedágios no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

(a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais são classificados e mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, credor pela concessão, mútuos a pagar e debêntures. Esses passivos classificados são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Impairment de ativos financeiros

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como seguem:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo não circulante		
Provisão para manutenção a valor nominal	175.106	151.441
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(172.309)	(142.435)
Ajuste a valor presente	<u>2.797</u>	<u>9.006</u>

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia definiu que a concessão como um todo é a única unidade geradora de caixa e, portanto, calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

2.7 Segmento de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. Todo o serviço de exploração da Concessão é regulado por um mesmo regulador.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Direitos de uso dos serviços públicos

O ativo intangível é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição. É reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis aos ativos serão gerados em favor da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo intangível a medida em que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos (Nota 16). Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço público.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefícios econômico estimado, até o limite do prazo da concessão.

(b) Direito de outorga ou de concessão

O direito de outorga ou de concessão, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda do valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste do valor recuperável. (Nota 2.10)

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos, limitados ao prazo da concessão.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, quando incorridos podem incluir os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas ao prazo da concessão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado

durante o período em que os empréstimos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.15 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

(a) Serviços de construção ou de melhoria

A receita da prestação de serviços de construção ou de melhoria, segundo o ICPC 01 (R1), é reconhecida ao valor justo no período contábil durante o qual os serviços são prestados. A remuneração desses serviços corresponde ao direito de cobrar os usuários dos serviços públicos e são ativados no ativo intangível e amortizadas conforme o prazo de concessão. As receitas e os custos relacionados a esses serviços são registrados no resultado do exercício. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas de receitas, custos ou progresso até a conclusão são revisados quando as circunstâncias sofrem alterações. Quaisquer aumentos ou diminuições nas receitas ou custos estimados são refletidos no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(b) Serviços de operação - Receitas de pedágios

As receitas de pedágios são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. O pagamento do preço da transação se torna devido e a obrigação de desempenho é cumprida assim que o cliente passa pelas praças de pedágio.

2.18 Arrendamentos operacionais

A Companhia arrenda para clientes direito de uso de faixas de domínio. Os recebimentos de arrendamentos são reconhecidos como receita pelo método linear. Os custos, quando incorridos, são reconhecidos como despesa.

2.19 Normas novas que ainda não estão em vigor

Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda.

Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) da concessão foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base nas estimativas abaixo. A Companhia possui somente uma UGC.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período da Concessão.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, conseqüentemente, em sua demonstração financeira. A Companhia neste momento, no âmbito de sua recuperação judicial, encontra-se em fase de apresentação do Plano de Recuperação Judicial e espera a aceitação deste plano pelos credores. Após a aprovação do referido plano, a Companhia realizará o teste de *impairment* sobre o imobilizado e intangível.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Impostos diferidos ativos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

As premissas-chave utilizadas pela administração são em linha com as premissas-chave utilizadas para a análise do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são gastos relacionados com manutenção e outros que não geram receitas futuras.

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização, determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Disponibilidades	1.993	1.043
Aplicação compromissada de debêntures (i)	<u>2.853</u>	<u>46.655</u>
	<u>4.846</u>	<u>47.698</u>

(i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independentemente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Não circulante	<u>63.528</u>	<u>108.326</u>
	<u>63.528</u>	<u>108.326</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI em 2019 e em 2018.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pedágio eletrônico a receber	12.978	11.882
Cartões de pedágio a receber	548	626
Receitas acessórias	6.781	6.063
Valores em trânsito	631	815
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28)	(81)
	<u>20.910</u>	<u>19.305</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	1.121	3.023
Outros impostos a recuperar	11	
	<u>1.132</u>	<u>3.023</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	171.329	141.944
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	36.946	349
Provisão para participação nos lucros	-	569
Outras provisões	286	1002
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção de rodovias	58.585	47.963
Provisão para investimentos em rodovias	3.236	3.225
AVP Outorga	1.588	1.642
	<u>271.970</u>	<u>196.694</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(29.863)	(31.408)
	<u>242.107</u>	<u>165.286</u>

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 502.939 (2018 - R\$ 417.482). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados nos seguintes exercícios sociais:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
2024	1.294	2.880
2025	2.724	4.030
2026	704	2.529
2027	4.140	5.875
2028	13.885	12.394
2029	20.855	21.964
2030	21.088	21.829
2031	26.898	26.142
2032	30.529	29.102
2033	21.235	19.196
2034	24.150	19.345
2035	74.605	
	<u>242.107</u>	<u>165.286</u>

O crédito de imposto a recuperar sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável ao prejuízo como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(226.925)	(88.950)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>77.155</u>	<u>30.243</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(334)	(136)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	<u>76.821</u>	<u>30.107</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

Notas Explicativas Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Aquisições	34	19	76				129
Depreciação	(131)	(260)	(281)	(426)		(305)	(1.403)
Saldo contábil, líquido	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	1.342	2.493	4.784	2.350	377	7.401	18.747
Depreciação acumulada	(664)	(1.118)	(4.313)	(2.038)		(2.166)	(10.299)
Saldo contábil, líquido	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	678	1.375	471	312	377	5.235	8.448
Aquisições	6	37	441	1.004			1.488
Baixas	(91)	(9)	(72)	(1.317)			(1.489)
Transferência	(17)	(9)		(42)			(68)
Transferência depreciação	15	4		33			52
Depreciação	(129)	(254)	(300)	(359)		(305)	(1.347)
Baixa de depreciação	77	9	57	1.289			1.432
Saldo contábil, líquido	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	1.240	2.512	5.153	1.995	377	7.401	18.678
Depreciação acumulada	(701)	(1.359)	(4.556)	(1.075)		(2.471)	(10.162)
Saldo contábil, líquido	539	1.153	597	920	377	4.930	8.516
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 4.837 (2018 - R\$ 4.257).

Notas Explicativas Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Saldo inicial	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Aquisições (vii)		35.613	1.503	33.625	1.105	71.846
Alienações		(30)				(30)
Transferências		23		(68)	45	
Amortização (vi)	(14.417)	(19.963)	(1.197)		(1.451)	(36.758)
Saldo contábil, líquido	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Em 31 de dezembro de 2018						
Custo	542.244	755.578	58.471	64.159	8.392	1.428.844
Amortização acumulada	(79.696)	(100.520)	(18.970)		(5.650)	(204.836)
Saldo contábil, líquido	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Em 31 de dezembro de 2019						
Saldo inicial	462.548	655.058	39.501	64.159	2.742	1.224.008
Aquisições (vii)		65.697	2.345	50.113	1.285	119.440
Alienações		(27)				(27)
Transferências		26.260	3.084	(29.276)		68
Amortização (vi)	(14.975)	(24.061)	(1.388)		(1.496)	(41.920)
Saldo contábil, líquido	447.573	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	542.244	847.508	63.900	84.996	9.677	1.548.325
Amortização acumulada	(94.671)	(124.581)	(20.358)		(7.146)	(246.756)
Saldo contábil, líquido	447.573	722.927	43.542	84.996	2.531	1.301.569

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,32% em 31 de dezembro de 2019 (2018 - 3,07%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 14.485 (2018 - R\$ 8.966).

A administração da Companhia, com base em estudos preliminares identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível, porém, as projeções futuras dependem da definição do Plano de Recuperação Judicial, portanto, optou por não reconhecer nenhuma provisão ao valor recuperável desses ativos no presente momento até que haja uma definição do plano de recuperação judicial.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, conseqüentemente, em suas demonstrações financeiras.

11. Fornecedores e prestadores de serviços

No exercício e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	2.108	8.648
Cauções e retenções contratuais (i)	9.846	8.225
	<u>11.954</u>	<u>16.873</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas**a) Remuneração da Administração**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração fixa	1.810	1.685
Remuneração variável	(393)	393
	<u>1.417</u>	<u>2.078</u>

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.872.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	117.822	105.210
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	12.160	10.858
			<u>129.982</u>	<u>116.068</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no exercício foram de R\$ 13.914 (Nota 18) (2018 - R\$ 12.822).

13. Provisões

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para demandas judiciais	110.040	4.935
Provisão para investimentos em rodovias	7.292	6.991
Provisão para manutenção em rodovias	172.309	141.067
	289.641	152.993
Circulante	158.251	18.018
Não circulante	131.390	134.975

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 7.593 (2018 - R\$ 63) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 101.072 (2018 - R\$ 965) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera.

Com referência a 31 de dezembro de 2019, e relativamente às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária, efetuou-se uma reavaliação dos casos que poderiam resultar em multa, resultando na alteração de classificação de alguns casos de “possível” para “provável”, tomando-se por base o semestre encerrado em 30 de junho de 2019.

Nos períodos anteriores, diante de uma quantidade relativamente reduzida de decisões proferidas pela ARTESP, inexistia situação que ensejasse reavaliação da classificação.

Todavia, no 2º semestre de 2019, foi proferida uma quantidade expressiva de decisões por parte da ARTESP, desfavoráveis à Concessionária, que foram objeto da interposição de recursos, os quais encontram-se ainda sob análise da Agência Reguladora.

Também no segundo semestre de 2019, houve uma considerável quantidade de decisões desfavoráveis proferidas pela ARTESP contra a Concessionária, em caráter definitivo, resultando, inclusive, na propositura de ações judiciais para rediscussão do assunto.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o equivalente a R\$ 14.564 (2018 - R\$ 55.700) de causas trabalhistas, R\$ 48.558 (2018 - R\$ 35.257) de causas cíveis, e R\$ 91.471 (2018 - R\$ 119.770) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 37.949 (2018 - R\$ 29.690) incluem R\$ 16.080 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (2018 - R\$ 17.961). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 116 estão relacionados a discussões cíveis (2018 - R\$ 865), R\$ 307 relacionados a outros processos trabalhistas (2018 - R\$ 322), R\$ 5.111 relacionados a discussões tributárias (2018 - R\$ 4.496) e R\$ 16.334 relacionados a processos com a ARTESP (2018 - R\$ 6.046).

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2018	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2019
Provisão para Investimentos	6.991	304	(3)	7.292
	6.991	304	(3)	7.292
	31/12/2017	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2018
Provisão para Investimentos	6.739	252		6.991
	6.739	252		6.991

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	31/12/2019	31/12/2018
2019		3.941
2021		1.525
2022	7.292	1.525
	7.292	6.991

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2018	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2019
Provisão para manutenção	155.288	42.222		(22.404)		175.106
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.221)	(495)			11.919	(2.797)
	141.067	41.727		(22.404)	11.919	172.309
Circulante	16.068		142.204			158.251
Não circulante	125.019	41.727	(142.204)	(22.404)	11.919	14.058
	31/12/2017	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2018
Provisão para manutenção	123.335	31.953				155.288
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.539)	(1.682)				(14.221)
	110.796	30.271				141.067
Circulante	32.142		(16.094)			16.068
Não circulante	78.654	30.271	16.094			125.019

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para o segundo exercício de 2019 e o primeiro exercício de 2020 foram transferidos para curto prazo.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
2019		16.048
2020	158.251	90.308
2021	3.524	32.376
2022	9.493	2.435
2023	1.041	
	<u>172.309</u>	<u>141.167</u>

14. Debêntures**a) Descrição da operação**

Debêntures não conversíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.417.302	1.403.435
Remuneração (juros)	61.009	3.863
Custos com emissão	(50.804)	(59.115)
	<u>1.427.507</u>	<u>1.348.182</u>
Circulante	<u>(1.427.507)</u>	<u>(1.348.182)</u>

c) Movimentação das debêntures

<u>31/12/2018</u>	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	<u>31/12/2019</u>
1.348.182	173.549		(38.803)	(55.412)	1.427.507
<u>31/12/2017</u>	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	<u>31/12/2018</u>
1.338.875	174.117	(2.463)	(111.316)	(51.030)	1.348.182

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2019	2,81%	42.714
2020	6,41%	97.436
2021	7,05%	107.164
2022	8,46%	128.597
2023	10,54%	160.214
2024	11,44%	173.895
2025	12,78%	194.263
2026	13,55%	205.968
2027	13,71%	208.400
2028	6,49%	98.652
	93,24%	1.417.302

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e por cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas de dívidas (*covenants*), cuja verificação é semestral, as quais são acompanhadas pela administração.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas declararam o vencimento antecipado, suspendendo a verificação das respectivas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*).

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		30.357.847.596

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

16. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita com arrecadação de pedágio	244.302	237.887
Receita de serviços de construção	113.348	69.793
Receitas acessórias	12.963	11.902
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(22.254)</u>	<u>(22.622)</u>
	<u>348.359</u>	<u>296.960</u>

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Com pessoal	(21.066)	(22.359)
Honorários da administração	(1.417)	(2.078)
Manutenção e conservação	(42.854)	(42.351)
Serviços de terceiros	(6.794)	(6.501)
Ônus variável da concessão	(3.860)	(3.825)
Seguros e garantias	(2.058)	(2.279)
Custo dos serviços de construção	(112.254)	(69.535)
Provisão para demandas judiciais (i)	(107.638)	562
Provisão para manutenção em rodovias	(42.222)	(31.953)
Depreciação e amortização	(43.242)	(38.161)
Outras receitas e despesas	(7.776)	(878)
	<u>(391.181)</u>	<u>(219.358)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(276.541)	(210.132)
Despesas gerais e administrativas	(15.044)	(14.402)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(99.596)	5.176
	<u>(391.181)</u>	<u>(219.358)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou outras despesas de R\$ 100.108 referente a provisão de contingências cíveis informado na Nota 13.a.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(159.054)	(165.149)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(13.914)	(12.822)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(12.222)	(4.382)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(2)
Juros sobre demais operações financeiras		(75)
Outras despesas financeiras	(7.499)	(4.791)
	<u>(192.691)</u>	<u>(187.221)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	6.161	12.802
Atualização de impostos a recuperar	110	498
Outras receitas financeiras	2.315	7.369
	<u>8.586</u>	<u>20.669</u>
Resultado financeiro	<u>(184.105)</u>	<u>(166.552)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários e encargos sociais	(19.191)	(18.341)
Benefícios previstos em lei	(2.699)	(2.802)
Benefícios adicionais	(2.268)	(2.520)
Plano de participação nos resultados	1.675	(774)
	<u>(22.483)</u>	<u>(24.437)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(150.106)	(58.844)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	30.357.847.596	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00495)</u>	<u>(0,00194)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2019, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 4,40% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2019, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 4,31% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2019, divulgada pelo IBGE.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	5.719	7.149	8.579
Debêntures	Aumento do IPCA	175.726	191.107	206.489
		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Passivo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	3.775	4.718	5.662
Debêntures	Aumento do IPCA	115.979	126.131	136.283
		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	2.795	2.096	1.398
		Efeito no patrimônio líquido (i)		
Ativo financeiro	Risco	Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	1.845	1.384	922

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	11.954		11.954
Debêntures	1.427.507		1.427.507
Credor pela concessão	330		330
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)		129.982	129.982
Total	<u>1.439.791</u>	<u>129.982</u>	<u>1.569.773</u>

Continuidade Operacional

A continuidade operacional da Companhia poderá ser afetada por eventos adversos do processo de recuperação judicial.

O intuito do processo da recuperação judicial é para adequar a sua dívida com os debenturistas ao seu fluxo de caixa e continuar a operacionalizar as suas atividades assumidas junto ao órgão regulador e efetivar os pagamentos aos fornecedores.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	63.528	108.326
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	4.846	47.698
Contas a receber de clientes	20.910	19.305
Depósitos judiciais	37.949	29.690
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.427.507	1.348.182
Contas a pagar a fornecedores	11.954	16.729
Outras contas a pagar	1.559	1.785
Partes relacionadas - mútuo a pagar	129.982	116.068
Obrigações com o poder concedente	330	318

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa 19% (2018 - 18%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	129.982	116.068
Debêntures	1.427.507	1.348.182
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.846)	(47.698)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(63.528)	(108.326)
Dívida líquida	<u>1.489.115</u>	<u>1.308.226</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(182.270)</u>	<u>(32.164)</u>
Total da capital	<u>1.306.845</u>	<u>1.276.062</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>113,95%</u>	<u>102,52%</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	1.478.311		1.407.298	727.334

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	42.274
	Riscos de engenharia	107.111
	Responsabilidade civil geral	67.790
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	33.500

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não obteve sucesso na renovação de seu seguro garantia, obrigatório no âmbito do Contrato de Concessão, obtendo resposta negativa acerca da referida renovação da Seguradora no dia 25 de junho de 2019, tendo a Seguradora justificado a não renovação em razão da atual situação econômico-financeira da Companhia e da reestruturação de suas debêntures ainda estar em andamento. A Companhia entrou com medida judicial contra a Seguradora e obteve êxito, tendo sido concedidos 90 dias adicionais ao da vigência da apólice, que passou a ter o vencimento em 1º de outubro de 2019.

Em 02 de outubro de 2019, a Companhia informou ao mercado que o seguro garantia, teve seu prazo expirado no dia 1º de outubro de 2019, sendo certo que, não obstante, a Ação ainda se encontra pendente de decisão de mérito.

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	14.485	8.966

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Eventos Subsequentes, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas em seus negócios como, por exemplo, a redução no volume de tráfego pedagiado que possam estar relacionadas ao Coronavírus.

Desta forma, até a data de divulgação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, não é possível estimar quais os riscos e incertezas a Companhia está ou estará exposta no curto, médio e longo prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis. Contudo, a Companhia não descarta que uma retração na economia e no mercado em geral decorrente da pandemia do Coronavírus pode afetar adversamente suas operações.

* * *

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. -

em recuperação judicial

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Situação financeira - recuperação judicial

Conforme descrito na Nota 14(d) às demonstrações financeiras, em 08 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), restou declarado o vencimento antecipado das debêntures, que em 31 de dezembro de 2019 montam a R\$ 1.427.507 mil. Dado ao vencimento antecipado dessas debêntures, conforme descrito na Nota 1.1 às demonstrações financeiras, em 11 de novembro de 2019, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto à Comarca de Salto - SP, e pretende apresentar plano de recuperação judicial até o prazo máximo de 18 de março de 2020. Atualmente, a administração da Companhia, com o apoio de especialistas, está em fase de elaboração do plano de recuperação judicial, que inclui entre outros, o plano de negócio com as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios. Adicionalmente, diante da situação financeira, a Companhia teve a renovação de seu seguro garantia negada pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes, conforme descrito na Nota 23 às demonstrações financeiras. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, a ausência do seguro garantia representa inadimplência que, se comprovada por processo administrativo, poderá implicar na caducidade da concessão.

Redução ao valor recuperável de ativos

Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a administração da Companhia, baseada em estudos preliminares fundamentados por projeções futuras que dependem da definição do plano de recuperação judicial, conforme descrito na Nota 10 às demonstrações financeiras, identificou evidências de redução ao valor recuperável do seu ativo imobilizado e intangível cujo os saldos em 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$ 8.516 mil e R\$ 1.301.569 mil, respectivamente. Dado as incertezas presentes, principalmente quanto à definição do plano de recuperação judicial, a administração optou por não reconhecer nenhuma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no presente momento. Consequentemente, nas circunstâncias, não foi possível revisar e determinar o montante da perda por desvalorização sobre os referidos ativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

Considerando esse conjunto de elementos e a amplitude envolvida no contexto das demonstrações financeiras, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento concluir sobre o valor do ajuste de perda por impairment, mencionado no item (b) acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração dessas demonstrações financeiras são apropriados.

Não obstante a impossibilidade de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras, conforme mencionado no parágrafo anterior, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para se tornar viável, demanda a aprovação de um plano de recuperação judicial. As normas contábeis requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorra se for provável que o benefício fluirá para a entidade. Nesse contexto, o saldo de créditos de tributos diferidos, no montante R\$ 242.107 mil em 31 de dezembro de 2019, deveria ser baixado. Consequentemente, o ativo realizável a longo prazo encontra-se registrado a maior e o patrimônio líquido e o prejuízo do período encontram-se a menor, nesse mesmo valor.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Sorocaba, 13 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo

Contador CRC 1SP219767/O-1

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Salto, 13 de março de 2020.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Salto, 13 de março de 2020.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Reapresentação de Nota Explicativa